

1917

O ANO QUE
ABALOU O MUNDO

Ivana Jinkings e Kim Doria (orgs.)

Cem anos da Revolução Russa

edições
Sesc



© desta edição, Boitempo e Edições Sesc São Paulo, 2017

© do artigo “The Octobrist Women”, Tariq Ali, 2017

© da organização, Ivana Jinkings e Kim Doria, 2017

Direção editorial Ivana Jinkings

Edição Thaisa Burani

Tradução Diego Silveira Coelho Ferreira, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, Heci Regina Candiani, Patricia Peterle, Pedro Davoglio e Renata Gonçalves (conforme indicado em cada texto)

Revisão da tradução Isabella Marcatti e Daniela Oliveira

Preparação Silvana Cobucci

Revisão Vivian Miwa Matsushita

Coordenação de produção Livia Campos

Iconografia Artur Renzo e Thaís Barros

Capa, projeto gráfico e diagramação Erika Tani Azuma e Rodrigo Disperati | Collecta Estúdio

Tratamento de imagens Antonio Kehl

Equipe de apoio: Allan Jones, Ana Yumi Kajiki, André Albert, Bibiana Leme, Camilla Rillo, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Fred Indiani, Ivam Oliveira, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Renato Soares, Túlio Candiotti

CIP-BRASIL . CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M581 1917: o ano que abalou o mundo / organização Ivana Jinkings e Kim Doria. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo : Ed. SESC SP, 2017.

il.

ISBN 978-85-7559-585-5 (Boitempo)

ISBN 978-85-9493-064-4 (Ed. SESC SP)

1. União Soviética - História - Revolução, 1917-1921. 2. Comunismo. I. Jinkings, Ivana. II. Doria, Kim. III. Título: Mil novecentos e dezessete: o ano que abalou o mundo.

17-44382

CDD: 947.084

CDU: 94 (47+57)

28/08/2017 30/08/2017

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1^a edição: setembro de 2017

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboardtempo | www.youtube.com/tvboitempo







Na página ao lado, detalhe de pôster de 1941 retrata o rosto de Josef Stálin.

Stálin e Hitler: Irmãos gêmeos ou inimigos mortais?¹

Domenico Losurdo

Em contraste com a recorrente interpretação que, à luz da categoria de “totalitarismo”, equipara o nazismo e o bolchevismo – e especificamente Hitler e Stálin –, este artigo pretende demonstrar que os líderes do nazismo alemão e da União Soviética tinham posições políticas antagônicas. Hitler parece estar muito mais próximo da política de Winston Churchill. Acima de tudo, este ensaio se concentra no conceito de colonialismo: em seu interior, as diferenças entre Hitler e Stálin tornam-se óbvias. A guerra de Hitler foi uma guerra colonial, de base racial, bastante semelhante à política de conquistas dos Estados Unidos. A União Soviética de Stálin se opôs de forma vigorosa e bem-sucedida a essa guerra. Ou seja: Stálin e Hitler não são irmãos gêmeos, e sim inimigos mortais.

1. Acontecimentos históricos e categorias teóricas

Na atualidade, com base na categoria de “totalitarismo” (a ditadura terrorista do partido único e o culto ao líder), Stálin e Hitler são considerados as máximas encarnações desse flagelo, dois monstros com características tão semelhantes a ponto de parecer gêmeos. Não por acaso – argumenta-se –, ambos se uniram por quase dois anos em um pacto perverso. Se é verdade que a esse pacto se seguiu uma guerra impiedosa entre eles, não importa – essa guerra foi conduzida por irmãos gêmeos, a despeito da violência do conflito.

Seria essa uma conclusão necessária? Afastemo-nos da Europa. Gandhi também estava convencido de que Hitler tinha um irmão gêmeo. Mas ele não era Stálin, a quem, já em setembro de 1946

¹ Traduzido por Diego Silveira Coelho Ferreira. (N. E.)

e com a Guerra Fria em vigência, o líder indiano definia como “um grande homem” à frente de um “grande povo”². Não, o irmão gêmeo de Hitler, em última instância, era Churchill, o que se verifica em pelo menos duas entrevisas de Gandhi, uma de abril de 1941, outra de abril de 1945: “Na Índia, temos um governo hitlerista, ainda que camuflado em termos mais brandos”. E por fim: “Hitler foi ‘o pecado da Grã-Bretanha’. Hitler é tão somente a resposta ao imperialismo britânico”³.

Das duas declarações, talvez a primeira seja a que mais faça pensar. Ela foi dada num momento em que ainda vigia o pacto de não agressão entre Alemanha e União Soviética: o líder independentista indiano não parecia escandalizado por isso. No âmbito dos movimentos anticolonialistas, a política das frentes populares era a que encontrava maior resistência. Quem explica esse fato é um grande historiador afro-americano de Trinidad, admirador ardoroso de Trótski, Cyril L. R. James, que em 1962 descreve da seguinte maneira a evolução de outro grande intérprete, também proveniente de Trinidad, da causa da emancipação negra:

Ao chegar nos Estados Unidos, ele [George Padmore] se tornou um comunista atuante. Foi transferido para Moscou para assumir a direção do escritório de propaganda e organização do povo negro, período em que se tornou o mais conhecido e confiável dos agitadores da independência africana. Em 1935, o Kremlin, na busca por alianças, separou a Grã-Bretanha e a França, enquanto “imperialismos democráticos”, da Alemanha e do Japão, considerados “imperialistas fascistas” e que se tornaram os principais alvos da propaganda russa e comunista. Essa distinção reduziu a luta pela emancipação africana a uma farsa, pois a Alemanha e o Japão, de fato, não possuíam colônias na África. Padmore rompeu imediatamente suas relações com o Kremlin.⁴

Stálin era criticado e condenado não quanto irmão gêmeo de Hitler, mas por se recusar a ver este último como o irmão gêmeo do líder do imperialismo britânico e francês. Para importantes figuras do movimento anticolonialista, não era fácil entender que quem comandava a contrarrevolução colonialista

² Dinanath G. Tendulkar, *Mahatma. Life of Mohandas Karamchand Gandhi*, v. 7 (Nova Déli, Division, 1990), p. 210.

³ Mahatma K. Gandhi, *The Collected Works of Mahatma Gandhi*, v. 80 e 86 (Nova Déli, Ministry of Information and Broadcasting of India, 1969-2001), p. 200 e 223.

⁴ Cyril L. R. James, *I Giacobini Neri. La prima rivolta contro l'uomo bianco* [1963] (trad. R. Petrillo, Milão, Feltrinelli, 1968), p. 327 [ed. bras.: *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingo*, São Paulo, Boitempo, 2000].

(e escravista) era o Terceiro Reich: o recorrente debate sobre o pacto de não agressão claramente padece de eurocentrismo.

Por mais discutível que seja, a aproximação Hitler-Churchill feita por Gandhi (e, indiretamente, por outros expoentes do movimento anticolonialista) é fácil de compreender: Hitler não declarou diversas vezes o desejo de construir na Europa oriental as “Índias germânicas”? E Churchill não prometeu defender com todas as forças as Índias britânicas? De fato, a fim de sufocar o movimento independentista, em 1942 o primeiro-ministro inglês “recorreu a meios extremos, como o uso de aeronaves para metralhar multidões de manifestantes”⁵. A ideologia que encabeçava a repressão dá muito o que pensar. Leiamos Churchill: “Eu odeio os indianos. É um povo bestial, com uma religião bestial”; por sorte, a ordem foi mantida e a civilização, defendida, por um número sem precedentes de “soldados brancos”. Tratava-se de enfrentar uma raça “que só está protegida do destino que merece porque se prolifera muito rápido”; teria agido bem, portanto, o marechal Arthur Harris, artífice dos bombardeios sobre a Alemanha, quando resolveu a questão dos indianos enviando “para destruí-los alguns de seus bombardeiros excedentes”⁶.

Retornemos da Ásia para a Europa. Em 23 de julho de 1944, Alcide De Gasperi, que se preparava para ser o presidente do Conselho na Itália livre do fascismo, pronunciou um discurso em que afirmava enfaticamente:

Quando vejo que Hitler e Mussolini perseguiam homens por causa de suas raças, e inventavam aquela pavorosa legislação antijudaica que conhecemos, e ao mesmo tempo vejo o povo russo, composto por 160 raças, buscar sua fusão, superando a diversidade existente entre a Ásia e a Europa, essa tentativa, esse esforço pela unificação do consórcio humano, permitam-me dizer: isso é cristão, isso é eminentemente universalista, no sentido do catolicismo.⁷

Neste caso, o ponto de partida foi constituído pela categoria do racismo, um flagelo que encontrava sua expressão mais crua na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Pois bem, qual era a antítese a esse respeito? Esta não podia ser representada pela Grã-Bretanha de Churchill, pelas razões já

⁵ Michel Guglielmo Torri, *Storia dell'India* (Roma/Bari, Laterza, 2000), p. 598.

⁶ Madhusree Mukerjee, *Churchill's Secret War: The British Empire and the Ravaging of India during World War II* (Nova York, Basic Books, 2010), p. 78 e 247.

⁷ Alcide De Gasperi, “La democrazia cristiana e il momento politico” [1944], em Tommaso Bozza (org.) *Discorsi politici* (Roma, Cinque Lune, 1956), p. 15-6.

observadas, mas tampouco pelos Estados Unidos, onde, ao menos no que se refere ao Sul, continuava incandescente a ideologia da *white supremacy*. Acerca desse regime, um notável historiador estadunidense (George M. Fredrickson) escreveu recentemente: “Os esforços para preservar a ‘pureza da raça’ no Sul dos Estados Unidos anteciparam alguns aspectos da perseguição deflagrada pelo regime nazista contra os judeus nos anos trinta do século XX⁸”. Não impressiona então que De Gasperi identificasse a União Soviética como a verdadeira, a grande antagonista da Alemanha de Hitler. Os irmãos gêmeos de que fala a categoria do totalitarismo se configuraram como inimigos mortais à luz das categorias do racismo e do colonialismo.

2. “A maior guerra colonial da história”

Sendo assim, qual categoria devemos desenvolver? Vamos dar a palavra às duas personalidades aqui discutidas. Em 27 de janeiro de 1932, dirigindo-se aos industriais de Düsseldorf (e da Alemanha) e conquistando definitivamente seu apoio para ascender ao poder, Hitler expressava desta forma sua visão da história e da política. Durante todo o século XIX, “os povos brancos” conquistaram uma posição de incontestável domínio, concluindo um processo iniciado com a conquista da América e que se desenrolou erguendo o estandarte do “absoluto, inato sentimento senhorial da raça branca”. Ao pôr em discussão o sistema colonial, o bolchevismo provocava e agravava a “confusão do pensamento branco europeu”, fazendo a civilização correr um perigo mortal. Para enfrentar tal ameaça, era preciso bradar a “convicção da superioridade e, assim, do direito [superior] da raça branca”, era necessário defender “a posição de domínio da raça branca em relação ao resto do mundo”, recorrendo à “mais brutal falta de escrúpulos”: era impositivo “o exercício de um direito senhorial (*Herrenrecht*) extremamente brutal”⁹. Sem dúvida, Hitler apresentava sua candidatura à direção de um dos países mais importantes da Europa apegando-se ferrenhamente à causa da *white supremacy*, que ele almejava defender em escala planetária.

O apelo à defesa e ao resgate da raça branca tinha encontrado uma vasta repercussão na Alemanha no decorrer da Primeira Guerra Mundial, e sobretudo nos anos imediatamente posteriores. Suscitara escândalo e indignação o recurso

⁸ George M. Fredrickson, *Breve storia del razzismo* (trad. A. Merlino, Roma, Donzelli, 2002), p. 8.

⁹ Adolf Hitler, citado em Max Domarus (org.), *Reden und Proklamationen, 1932-1945* (Munique, Süddeutscher, 1965), p. 75-7.

da Entente e, em particular, da França às tropas de cor – que faziam parte do exército de ocupação da Renânia e estupravam as mulheres alemãs: era a impiedosa vingança dos vencedores que tentavam de todas as formas humilhar o inimigo derrotado e também contaminar seu sangue, “mulatizando-o”. Seja como for, tal como no Sul dos Estados Unidos, onde quem fazia a guarda era, contudo, a Ku Klux Klan, a ameaça negra pesava também nas costas da Alemanha (e da Europa). Era assim que na Alemanha, àquela época, argumentava uma vasta opinião pública¹⁰, e esse clima ideológico influenciou fortemente a formação do grupo dirigente nazista. Em 14 de junho de 1922, Heinrich Himmler participou de uma manifestação lançada em Munique pela “Deutscher Notbund gegen die Schwarze Schmach” (Liga pela Defesa da Alemanha contra a Ameaça Negra) que – nas palavras de um jornal local – definia “a ocupação da Renânia por tropas de cor como um crime concebido a sangue-frio e de pura bestialidade, um crime que visa nos contaminar e degradar enquanto raça, a fim de nos aniquilar”. Em seu diário, Himmler anotou: “Muitíssimas pessoas. Todas gritavam: ‘Vingança!’. Realmente impressionante. E, todavia, eu participei de iniciativas desse tipo mais bonitas e mais entusiasmantes”¹¹.

Por sorte, a irresponsabilidade racial da França foi estranha para a Inglaterra. Era o que dizia Alfred Rosenberg, que lutou pela “aliança dos dois povos brancos” ou dos três povos brancos por excelência, se examinarmos a luta contra a “negrização” (*Vernegerung*) em plano mundial e levando em conta também os Estados Unidos, além de Alemanha e Grã-Bretanha¹². Ainda no final de janeiro de 1942 – o Terceiro Reich e o Japão combatem juntos na guerra –, mais do que gozar dos sucessos de seu aliado de raça amarela, Hitler lamenta “as duras perdas que o homem branco é obrigado a sofrer na Ásia oriental”: quem se refere a tais palavras, em uma nota de seu diário, é Joseph Goebbels, o qual por sua vez condena Churchill como “o verdadeiro coveiro do Império inglês”¹³.

A raça branca já vinha sendo defendida na Europa. Seu principal inimigo era a União Soviética, que incitava a revolta das raças “inferiores” e que inclusive fazia parte, ela própria, do mundo colonial. Tal visão era bastante difusa na Alemanha da época: a partir da ascensão dos bolcheviques ao poder – escrevia Oswald Spengler, um ano depois –, a Rússia retirou a “máscara branca” para se

¹⁰ Cf. Domenico Losurdo, *Il revisionismo storico. Problemi e miti* (Roma/Bari, Laterza, 1996), cap. IV, § 6 [ed. bras.: *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*, São Paulo, Boitempo, 2017].

¹¹ Peter Longerich, *Heinrich Himmler: Biographie* (Munique, Siedler, 2008), p. 66.

¹² Cf. Ernst Piper, *Alfred Rosenberg. Hitlers Chef Ideologie* (Munique, Blessing, 2005), p. 299 e 160.

¹³ Joseph Goebbels, *Tagebücher* (org. R. G. Reuth, Munique/Zurique, Piper, 1992), p. 1.747-8.

tornar “de novo uma grande potência asiática, ‘mongol’”, parte integrante “da totalidade da população de cor do planeta”, animada pelo ódio contra a “humanidade branca”¹⁴.

Essa grave ameaça era, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade: diante da raça branca e da Alemanha abrira-se um imenso espaço colonial, uma espécie de Velho Oeste. Já no *Mein Kampf*, Hitler celebrara “a inaudita força interior” do modelo americano de expansão colonial, um modelo que era preciso imitar, a fim de se construir um império territorialmente compacto na Europa centro-oriental¹⁵. Mais tarde, após a eclosão da Operação Barbarossa, Hitler reiteradamente comparava sua guerra contra os “indígenas” da Europa oriental à “guerra contra os índios”, à luta “promovida contra os índios da América do Norte”: tanto num caso como no outro, “será a raça mais forte que triunfará”¹⁶. Por sua vez, nos discursos privados, não direcionados ao público, Himmler ilustrava com clareza particular outro aspecto essencial do programa colonial do Terceiro Reich: são absolutamente necessários os “escravos de raça estrangeira” (*fremdvölkische Sklaven*), diante dos quais a “raça dos senhores” (*Herrenrasse*) não deve jamais perder sua “aura senhorial” (*Herrentum*), e com os quais não deve jamais se misturar ou confundir. “Se não enchermos nossos campos de trabalhadores escravos – neste recinto me permito definir as coisas de modo nítido e claro –, de operários-escravos que construam as nossas cidades, nossas vilas, nossas fábricas, a despeito de quaisquer perdas”, o programa de colonização e germanização dos territórios conquistados na Europa oriental não poderá ser realizado¹⁷.

Em suma: os “indígenas” da Europa oriental eram, por um lado, os peles-vermelhas que deveriam ser expropriados de suas terras, deportados e dizimados; por outro lado, eram os negros, destinados a trabalhar como escravos a serviço da raça dos senhores (ao passo que os judeus, que, tais como os bolcheviques, eram responsabilizados pela sublevação das raças inferiores, deveriam ser liquidados). É óbvio que uma visão desse tipo não poderia ser compartilhada pelas vítimas, entre as quais a União Soviética era a mais considerável. Mas é interessante observar que, já entre fevereiro e outubro de 1917, Stálin insistentemente

¹⁴ Oswald Spengler, *Zabreder Entscheidung* (Munique, Beck, 1933), p. 150.

¹⁵ Cf. Adolf Hitler, *Mein Kampf* [1925-1927] (Munique, Zentral verlag der NSDAP, 1939), p. 153-4.

¹⁶ Idem, citado em Werner Jochmann (org.), *Monologe im Führerhauptquartier, 1941-1944* (Hamburgo, Albrecht Knaus, 1980), p. 377 e 334 (conversações de 30 e 8 ago. 1942).

¹⁷ Cf. Heinrich Himmler, citado em Bradley F. Smith e Agnes F. Peterson, *Geheimreden 1933 bis 1945* (Berlim, Propyläen, 1974), p. 156 e 159.

chamava a atenção para o fato de a Rússia, àquela altura destruída pelo interminável conflito, correr o risco de se tornar “uma colônia da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França”: tentando impor a qualquer custo a continuação da guerra, a Entente se comportava na Rússia como se estivesse “na África central”. A Revolução Bolchevique era necessária também para afastar tal perigo¹⁸. Depois de outubro, Stálin identificava o poder dos soviéticos como o protagonista da “transformação da Rússia de colônia em país livre e independente”¹⁹.

Conclusão: desde o início, Hitler se propunha retomar e radicalizar a tradição colonial, fazendo-a valer na própria Europa oriental e em particular na Rússia, considerada bárbara após a vitória bolchevique. No lado oposto, desde o início, Stálin convocava seu país a enfrentar o perigo da submissão colonial e, através dessa chave interpretativa, lia a própria importância da Revolução Bolchevique.

Embora procedesse com cautela, Stálin começava a identificar as características fundamentais do século que se abria. Na esteira da Revolução de Outubro, Lênin imaginava que o conteúdo principal ou exclusivo do século XX seria a luta entre capitalismo, de um lado, e socialismo/comunismo, de outro: o mundo colonial já fora totalmente ocupado pelas potências capitalistas e qualquer outra divisão por iniciativa das potências derrotadas ou “desfavorecidas” teria significado uma nova guerra mundial e um novo passo rumo à destruição definitiva do sistema capitalista. Isto é, a conquista da nova ordem socialista estava imediatamente na ordem do dia. Porém, Hitler fez um movimento inesperado: identificou a Europa oriental, e em particular a Rússia soviética, como o espaço colonial ainda livre e à disposição do império alemão a ser erguido. De modo análogo agiam o Império do Sol Nascente, que invadia a China, e a Itália fascista, que mirava os Balcãs e a Grécia, além da Etiópia. Stálin começava a perceber que, ao contrário das expectativas, o que caracterizava o século XX era o confronto, na própria Europa, entre colonialismo e anticolonialismo (este último apoiado ou promovido pelo movimento comunista).

Nos nossos dias, observou-se com correção que “a guerra de Hitler pelo *Lebensraum* [espaço vital] foi a maior guerra colonial da história”²⁰, guerra colonial inicialmente promovida contra a Polônia. São eloquentes as instruções dadas pelo *Führer* na véspera da agressão: impõe-se a “eliminação das forças vitais” do povo polonês; é preciso “proceder de modo brutal”, sem ser

¹⁸ Cf. Josef Stálin, *Werke*, v. 3 (Hamburgo, Roter Morgen, 1971-1976), p. 127 e 269.

¹⁹ Ibidem, v. 4, p. 252; cf. Domenico Losurdo, *Il revisionismo storico*, cit., p. 52-3.

²⁰ David Olusoga e Casper W. Erichsen, *The Kaiser's Holocaust. Germany's Forgotten Genocide* (Londres, Faber and Faber, 2011), p. 327.

afetado pela “compaixão”; “o direito está do lado do mais forte”. São análogas as diretrizes que mais tarde regem a Operação Barbarossa: uma vez capturados, é preciso imediatamente eliminar os comissários políticos, os quadros do Exército Vermelho, do Estado soviético e do Partido Comunista; no Oriente, impõe-se uma “dureza” extrema e os oficiais e soldados alemães estão convocados a superar suas reservas e seus escrúpulos morais. Para que povos de civilização antiga possam ser reconduzidos à condição de peles-vermelhas (que possam ser expropriados e dizimados) e de negros (que possam ser escravizados), “todos os representantes da intelectualidade polonesa” e russa – observa o *Führer* – “devem ser aniquilados”; “isso pode soar duro, mas não deixa de ser uma lei da vida”²¹. Explica-se assim a sorte reservada, na Polônia, ao clero católico, na União Soviética, aos quadros comunistas, e, em ambos os casos, aos judeus, presentes em grande número entre os grupos intelectuais e suspeitos de inspirar e alimentar o bolchevismo. Hitler consegue jogar Polônia e União Soviética uma contra a outra, mas reserva às duas a mesma sorte; mesmo que através de um percurso tortuoso e trágico, a guerra popular de resistência nacional e a grande guerra patriótica acabam por se associar. A brusca mudança de rumo da “maior guerra colonial da história” é representada por Stalingrado. Se Hitler foi o comandante da contrarrevolução colonialista, Stálin comandou a revolução anticolonial que, de modo completamente inesperado, teve na Europa seu epicentro.

3. Stálin, Hitler e as minorias nacionais

A definição de Stálin que acabo de oferecer contrasta com a política que ele seguiu em relação às minorias nacionais na União Soviética? É inegável que, na visão de Stálin, não há espaço algum para o direito de secessão. Isso se confirma pela conversação com Dimitrov, em 7 de novembro de 1937: “Nós destruiremos qualquer um que, com suas ações e seus pensamentos, mesmo que apenas com os pensamentos, atente contra a unidade do Estado socialista”²². Derrubar inclusive os pensamentos: é uma definição extraordinariamente eficaz, mas completamente involuntária do totalitarismo! Simultaneamente, no entanto, Stálin saúda e até mesmo promove o renascimento cultural das

²¹ Adolf Hitler, citado em Max Domarus (org.), *Reden und Proklamationen*, cit. Vejam-se sobretudo os discursos de 22 ago. 1939, de 28 set. 1940, de 30 mar. 1941 e de 8 nov. 1941.

²² Georgi Dimitrov, citado em Silvio Pons (org.), *Diario. Gli anni di Mosca (1934-1945)* (Turim, Einaudi, 2002), p. 81.

minorias nacionais vastamente oprimidas da Europa oriental. São eloquentes as observações que ele desenvolve em 1921, no decorrer do X Congresso do Partido Comunista Russo: “cinquenta anos atrás, todas as cidades da Hungria tinham um caráter alemão, agora se magiarizaram”; também “despertaram” os “tchecos”. Trata-se de um fenômeno que toma a Europa inteira: de cidade “alemã” que era, Riga se torna uma “cidade letã”; de modo análogo, as cidades da Ucrânia “inevitavelmente irão se ucranizar”, tornando secundário o elemento russo antes predominante²³. É constante em Stálin a polêmica contra os “assimilacionistas”, sejam os “assimilacionistas turcos”, sejam os “germanizadores prussiano-alemães” ou os “russificadores russo-tsaristas”. Essa tomada de posição é muito importante porque está ligada a uma elaboração teórica de caráter mais geral. Em polêmica com Kautsky, Stálin sublinha que, longe de representar a desaparição da língua e das peculiaridades nacionais, o socialismo comporta seu desenvolvimento e desdobramento ulterior. Toda “política de assimilação” deve ser tachada como “inimiga do povo” e “contrarrevolucionária”: tal política é ainda mais “fatal” porque ignora “o colossal poder de estabilidade das nações” que língua e cultura nacional representam; querer declarar “guerra à cultura nacional” significa ser “adepto da política de colonização”²⁴. Por mais dramática que pareça sua diferença diante da política concretamente realizada, as declarações de princípio não podem ser ignoradas, muito menos no âmbito de um regime político em que a formação e a mobilização ideológica dos quadros e militantes do partido e o doutrinamento das massas desenvolvem um papel bastante relevante.

Aqui, de novo emerge a antítese com Hitler. Este também começa por assumir a eslavização e “anulação do elemento alemão” (*Entdeutschung*) que ocorre na Europa oriental. A seus olhos, no entanto, trata-se de um processo que pode e deve ser rejeitado com todas as forças. Não basta nem mesmo a assimilação linguística e cultural, que na realidade significaria “o início de um abastardamento” e, portanto, da “aniquilação do elemento germânico”, a “aniquilação justamente das características que, em seu tempo, permitiram ao povo conquistador (*Eroberervolk*) alcançar a vitória”²⁵. É preciso germanizar o solo sem germanizar os homens de modo algum. E isso só é possível seguindo-se um modelo muito preciso: do outro lado do Atlântico, a raça branca se expandiu para o Oeste americanizando o solo, nunca os peles-vermelhas. Dessa maneira,

²³ Josef Stálin, *Werke*, cit., v. 5, p. 31 e 42.

²⁴ Ibidem, v. 9, p. 305-11 e v. 10, p. 60-1.

²⁵ Adolf Hitler, *Mein Kampf*, cit., p. 82 e 428-9.

os Estados Unidos tornaram-se “um Estado nórdico-germânico” sem se rebairar à condição de “lamaçal internacional de povos”²⁶. Esse mesmo modelo deve ser seguido pela Alemanha na Europa oriental.

4. O papel da geografia e da geopolítica

Ao menos no que se refere à atitude tomada perante a questão nacional, confirma-se a antítese entre a Rússia soviética e o Terceiro Reich. Chegamos a resultados muito diferentes, porém, se nos concentramos nas práticas de governo dos dois regimes, que bem podemos comparar à luz da categoria de totalitarismo. E, ainda assim, seria um engano querer ler em chave psicopatológica o terror, a brutalidade, até mesmo a reivindicação de controlar o pensamento.

Convém não esquecermos a lição metodológica transmitida por um clássico do liberalismo: em 1787, na véspera do lançamento da Constituição federal, Alexander Hamilton explicava que a limitação do poder e a instauração do governo da lei tinham alcançado sucesso em dois países de tipo insular (Grã-Bretanha e Estados Unidos) graças ao mar que os separava das ameaças de potências rivais. Se o projeto de União federal falhasse e sobre suas ruínas emergisse um sistema de Estados correspondente àquele existente no continente europeu, teriam aparecido inclusive na América os fenômenos do exército permanente, de um forte poder central e até mesmo do absolutismo: “Assim, deveríamos, em curto espaço de tempo, ver estabelecidos em cada parte deste país os mesmos mecanismos de despotismo que foram o flagelo do Velho Mundo”²⁷. Aos olhos de Hamilton, para explicar a permanência ou dissolução das instituições liberais, era preciso, em primeiro lugar, considerar a situação geográfica e geopolítica.

Se analisarmos as grandes crises históricas, notaremos que, mesmo em contextos distintos, todas elas terminaram por provocar uma concentração do poder nas mãos de um líder mais ou menos autocrático: a Primeira Revolução inglesa desaguou no poder pessoal de Cromwell; a Revolução Francesa, naquele de Robespierre e, sobretudo, anos depois, no de Napoleão; o resultado da revolução dos escravos negros de Santo Domingo foi a ditadura militar, primeiro, de Toussaint Louverture, e mais tarde de Dessalines; a Revolução francesa de

²⁶ Adolf Hitler, citado em Gerhard L. Weinberg (org.), *Hitlers Zweites Buch. Ein Dokument aus dem Jahre 1928* (Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1961), p. 131-2.

²⁷ Alexander Hamilton, “The Consequences of Hostilities between the States. From the New York Packet”, *The Federalist Papers*, Nova York, n. 8, 20 nov. 1787.

1848 levou ao poder pessoal de Luís Bonaparte ou Napoleão III. A categoria de totalitarismo pode servir à análise comparada das práticas de governo a que se recorrem em situações de crise mais ou menos agudas. Mas, se nos esquecemos do caráter formal dessa categoria e a absolutizamos, corremos o risco de constituir uma família de irmãos gêmeos demasiadamente numerosa e heterogênea.

No que se refere ao período entre as duas grandes guerras mundiais do século XX, são inúmeras as crises que culminaram na instauração de uma ditadura pessoal. De fato, uma análise mais atenta permite observar que esse é o destino de quase todos os países da Europa continental. Os únicos que se preservaram foram os dois países de tipo insular mencionados por Hamilton. Mas inclusive esses países, a despeito de terem atrás de si uma sólida tradição liberal e de gozarem de uma situação geográfica e geopolítica particularmente favorável, viram a manifestação da tendência à personalização do poder, à acentuação do Poder Executivo sobre o Legislativo, à restrição do *rule of law*: nos Estados Unidos, bastava uma ordem de F. D. Roosevelt para que os cidadãos estadunidenses de origem japonesa fossem presos num campo de concentração. Quer dizer, a análise das práticas de governo, na qual se funda a categoria de totalitarismo, acaba atacando, ou ao menos roçando, até mesmo os mais insuspeitos países.

5. “Totalitarismo” e “autocracia absoluta de raça”

Das práticas de governo, desloquemos outra vez nossa atenção para os objetivos políticos. Também no que se refere à política interna, Hitler tem um olhar para o outro lado do Atlântico. Tanto o *Mein Kampf* quanto o *Zweites Buch* repetidamente alertam que, na Europa, a revelar-se inimigo jurado da civilização e da raça branca não é somente a Rússia soviética, que conclama os povos de cor a se insurgirem contra o domínio branco; não se pode esquecer o país que submeteu uma nação de raça branca como a Alemanha ao insulto da ocupação realizada por soldados de cor. É mister atentar também para o “abastardamento”, para a “negrização” (*Vernegerung*) ou “negrização geral” (*allgemeine Verniggierung*) que acontece na França ou, mais exatamente, “no Estado mulato euro-africano”, que àquela altura se estendia “do Reno ao Congo”²⁸. Contrapõe-se a essa infâmia o exemplo positivo da “América do Norte”, onde os “germânicos, evitando a ‘mistura do sangue ariano com o de povos inferiores’ e o ‘insulto ao sangue’

²⁸ Adolf Hitler, citado em Gerhard L. Weinberg (org.), *Hitlers Zweites Buch*, cit., p. 152; idem, *Mein Kampf*, cit., p. 730.

(*Blutschande*), se mantiveram ‘racialmente puros e incontaminados’, de modo que podem exercer seu domínio em todo o continente”²⁹.

O regime da *white supremacy* vigente no Sul dos Estados Unidos já se tornara um modelo para a cultura reacionária que desembocou no nazismo. Em visita aos Estados Unidos no final do século XIX, Friedrich Ratzel, um dos grandes teóricos da geopolítica, traça um quadro bastante significativo: dissipada a fumaça da ideologia fiel ao princípio da “igualdade”, impõe-se a realidade da “aristocracia racial”, como demonstram os linchamentos dos negros, “a deportação e o aniquilamento dos índios” e as perseguições de que são alvo os imigrantes provenientes do Oriente. A situação criada nos Estados Unidos “evita a forma da escravidão, mas mantém a essência da subordinação, da hierarquização social com base na raça”. Verifica-se um “rompimento” em relação às ilusões caras aos abolicionistas e aos apoiadores da democracia multiracial dos anos da *Reconstruction*. Tudo isso – observa Ratzel com lucidez – provocará efeitos para além da República norte-americana: “Estamos apenas no início das consequências que esse rompimento provocará, mais na Europa do que na Ásia”. Posteriormente, também o vice-cônsul austro-húngaro em Chicago chama a atenção para a contrarrevolução que acontece nos Estados Unidos e para seu caráter benéfico e instrutivo. Nesse aspecto, a Europa revela seu grande atraso: aqui, o negro proveniente das colônias é acolhido na sociedade como uma “guloseima”: que diferença em relação ao comportamento do “americano tão orgulhoso da pureza da sua raça”, que evita o contato com os não brancos, entre os quais inclui até mesmo aqueles que têm “uma só gota de sangue negro”! Pois bem, “se a América pode ser de algum modo um exemplo para a Europa, ela o é na questão do negro” e da raça.

De fato, como previam os dois autores aqui citados, a contrarrevolução racista, que nos Estados Unidos dá cabo da democracia multiracial dos anos da Reconstrução, atravessa o Atlântico. Alfred Rosenberg celebra os Estados Unidos como um “esplêndido país do futuro”: restringindo a cidadania política aos brancos e sancionando em todos os níveis e com todos os meios a *white supremacy*, os Estados Unidos tiveram o mérito de formular a feliz “nova ideia de um Estado racial”. Sim: “A questão negra está no topo de todas as questões decisivas”; e uma vez que o absurdo princípio da igualdade seja cancelado para os negros, não haverá razão para não se trazer “as consequências necessárias também para os amarelos e os judeus”³⁰.

²⁹ Idem, *Mein Kampf*, cit., p. 313-4.

³⁰ Alfred Rosenberg, *Der Mythos des 20. Jahrhunderts* [1930] (Munique, Hoheneichen, 1937), p. 673 e 668-99.

Trata-se de uma declaração estarrecedora apenas à primeira vista. No começo do século XX, nos anos que precederam a formação do movimento nazista na Alemanha, a ideologia dominante no Sul dos Estados Unidos era expressa pelos chamados “Jubileus da supremacia branca”, nos quais marchavam homens armados e uniformizados, inspirados pela denominada “profissão de fé racial do povo do Sul”. Essa ideologia era formulada da seguinte maneira:

1) “O sangue dirá”; 2) a raça branca deve dominar; 3) os povos teutônicos declaram-se pela pureza da raça; 4) o negro é um ser inferior e permanecerá como tal; 5) “Este país é do homem branco”; 6) Nenhuma igualdade social; 7) Nenhuma igualdade política [...]; 10) Transmitir-se-á ao negro aquela profissão que melhor se adeque a fazê-lo servir ao homem branco [...]; 14) O homem branco de condição mais baixa deve ser considerado superior ao negro de condição mais alta; 15) As declarações acima indicam as diretrizes da Providência.³¹

Não há dúvida de que estamos nas margens do nazismo. Tanto é verdade que no Sul dos Estados Unidos os que professavam esse catecismo eram militantes que explicitamente declaravam estar prontos para “mandar para o inferno” a Constituição, além de bradar, na teoria e na prática, a absoluta “superioridade do ariano”, bem como dispostos a impedir “a perigosa, nefasta ameaça nacional” representada pelos negros. Se – observam isoladas vozes críticas –, aterrorizados como estão, “os negros não podem fazer mal” a ninguém, isso não impede que grupos racistas estejam prontos para “matá-los e exterminá-los da face da Terra”; são decisões que instauram “uma autocracia absoluta de raça”, com a “absoluta identificação da raça mais forte com a própria essência do Estado”³².

Para definir o Terceiro Reich, é mais adequada a categoria de “totalitarismo” (que compara Hitler a Stálin) ou a de “autocracia absoluta de raça” (que remete ao regime da *white supremacy* ainda em vigor no Sul dos Estados Unidos quando do advento do poder nazista na Alemanha)? É certo que não se pode compreender adequadamente o dicionário nazista se limitarmos nosso olhar à Alemanha. O que é a *Blutschande*, contra a qual o *Mein Kampf* alertava, se não a miscigenação denunciada inclusive pelos líderes da *white supremacy*? Até mesmo a palavra-chave da ideologia nazista, *Untermensch*, é a tradução do *Under Man*

³¹ Comer Vann Woodward, *Origins of the New South 1877-1913* [1951] (Louisiana, Louisiana State University Press, 2013), p. 330 e 334-5.

³² Ibidem, p. 332.

americano! Quem nos lembra disso, em 1930, é Rosenberg, que expressa sua admiração pelo autor estadunidense Lothrop Stoddard: atribui a ele o mérito de ter sido o primeiro a cunhar o termo em questão, que se destaca no subtítulo (*The Menace of the Under Man*) de um livro que ele publica em Nova York em 1922, bem como em sua versão alemã (*Die Drohung des Untermenschen*), publicado em Munique três anos mais tarde³³. É o *Under Man* ou *Untermensch* quem ameaça a civilização e é para espantar tal perigo que se impõe a “autocracia absolutista de raça”! Se fizermos uso dessa categoria mais do que daquela de totalitarismo, consideraremos irmãos gêmeos não Stálin e Hitler, mas sim os supremacistas brancos do Sul dos Estados Unidos e os nazistas alemães. Tanto em relação a uns quanto aos outros, a antítese é Stálin, que não por acaso foi algumas vezes considerado pelos militantes afro-americanos o “novo Lincoln”³⁴.

6. Duas guerras pelo restabelecimento do domínio colonialista e escravista

Bem, ainda falta explicar o pacto Molotov-Ribbentrop. A União Soviética não foi a primeira a tentar um acordo com o Terceiro Reich, mas a última. Neste ponto, enquanto filósofo que, através da análise das categorias políticas, procede com uma comparação histórica, gostaria de fazer uma consideração distinta. Quase um século e meio antes da guerra desencadeada por Hitler a fim de subjugar e escravizar os povos da Europa oriental, houve outra grande guerra cujo objetivo, num contexto histórico evidentemente diferente, era o restabelecimento do domínio colonial e da escravidão. Refiro-me à expedição, ordenada por Napoleão e confiada a seu cunhado, Charles Leclerc, contra Santo Domingo, ilha governada pelo líder da vitoriosa revolução dos escravos negros, Toussaint Louverture. Mesmo depois de 29 de agosto de 1793, dia em que L. F. Sonthonax, representante da França revolucionária, proclamou a abolição da escravidão na ilha, Louverture continuou combatendo ao lado da Espanha; porque desconfiava da França, por muito tempo o líder negro continuou a colaborar com um país do Antigo Regime, escravista e empenhado na guerra contra a República jacobina e o poder abolicionista que se empossara em Santo Domingo. Ainda em 1799, a fim de salvar o país que dirigia do

³³ Sobre Ratzel, o vice-cônsul em Chicago e Stoddard, ver Domenico Losurdo, “White Supremacy und Konterrevolution, die Vereinigten Staaten, das Russland, der ‘Weissen’ und das Dritte Reich”, em Christoph J. Bauer et al. (orgs.), *Faschismus und soziale Ungleichheit* (Duisburg, Universitäts verlag Rhein-Ruhr, 2007), p. 164-5 e 159.

³⁴ Cyril L. R. James, *I Giacobini Neri*, cit., p. 118 e 200.

iminente colapso econômico, Louverture estreitou relações comerciais com a Grã-Bretanha, país em guerra contra a França e cuja eventual vitória traria consequências bastante negativas para a causa do abolicionismo³⁵. Mesmo assim, Toussaint Louverture permanece como o grande protagonista da revolução anticolonialista e antiescravista e como antagonista de Leclerc (e de Napoleão). Não obstante a completa mudança no quadro histórico que se verifica cerca de um século e meio depois, não há nenhuma motivo para procedermos diferentemente com Stálin: as reviravoltas do processo histórico não devem nos fazer perder de vista o essencial.

Ainda antes da invasão francesa, e prevendo-a, Toussaint Louverture impunha uma férrea ditadura produtivista e reprimia com mão de ferro quem desafiasse seu poder; posteriormente, a chegada a Santo Domingo das tropas francesas dirigidas por Leclerc foi o início de um conflito que se tornou uma guerra de aniquilamento de ambas as partes. O que podemos dizer sobre uma leitura que compara Louverture e Leclerc à luz da categoria de “totalitarismo”, contrapondo os dois aos dirigentes liberais e democráticos dos Estados Unidos? Por um lado, essa categorização seria banal: é óbvio o horror implícito num conflito que se configura como guerra racial. Por outro lado, essa leitura seria um tanto quanto mistificadora: colocaria num mesmo plano antiescravistas e escravistas, e omitiria o fato de que estes últimos encontravam inspiração e apoio nos Estados Unidos, onde a escravidão dos negros vigia em seu esplendor. A categoria de totalitarismo não se torna mais persuasiva se a utilizamos como única chave de leitura do gigantesco conflito entre revolução anticolonial e contrarrevolução colonialista e escravista que ocorreu na primeira metade do século XX. É evidente que se trata de um capítulo da história que merece aprofundamento e que ainda não pode evitar interpretações controversas. Mas não há motivos para transformar em irmãos gêmeos dois inimigos mortais.

³⁵ Idem.